

UNIVERSIDADE INSTITUTO PRO MINAS

ROZILENE DE SOUZA CAVALCANTE

LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS: Algumas reflexões

GUAMARÉ /RN

2018

ROZILENE DE SOUZA CAVALCANTE

LEITURA E SCRITA NOS ANOS INICIAIS: Algumas Reflexões

Artigo Científico Apresentado à Universidade Instituto Prominas , como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em (alfabetização e letramento curso de Pós-Graduação).

Orientador: Priscila

GUAMARÉ /RN

2018

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a contribuição da leitura e da escrita na formação do aluno dos anos iniciais escolares e sobre a importância da criação do hábito de ler desde os anos iniciais escolares. Busca-se também analisar o papel da leitura em seus diversos aspectos e possibilidades, visto que há a necessidade, por parte de toda a sociedade, de uma maior conscientização e incentivo à leitura. A capacidade da leitura promove uma distinção fundamental entre o homem e as demais espécies animais, que as gerações novas recebem a herança cultural de seu meio e se desenvolvem, não só como indivíduos, no sentido de auto realização mas, como membros da sociedade. Meio de comunicação, por excelência, a linguagem falada e escrita faz parte integrante da personalidade e esta presente em todas as atividades do aprendiz na escola em sua casa e, principalmente, na sociedade onde atua. Considerando a leitura uma ferramenta essencial no processo de aprendizagem, buscou-se através de diversos textos, um apoio teórico para esta proposta de trabalho.

Palavras-chave: Leitura e escrita, anos iniciais escolares, ensino-aprendizagem.

ABSTRACT The present work aims to reflect on the contribution of reading and writing in the student 's formation of the initial school years and on the importance of creating the habit of reading from the initial school years. It also seeks to analyze the role of reading in its various aspects and possibilities, since there is a need on the part of the whole society for greater awareness and encouragement of reading. The capacity for reading promotes a fundamental distinction between man and other animal species, that the novice generations receive the cultural heritage of their environment and develop not only as individuals in the sense of self-realization but as members of society. Communication means, par excellence, the spoken and written language is an integral part of the personality and is present in all the activities of the apprentice at the school in his home and, especially, in the society where he works. Considering reading an essential tool in the learning process, a theoretical support for this work proposal was sought through several texts.

Keywords: Reading, writing, initial school years, teaching-learning.

1. INTRODUÇÃO

Em sala de aula, é importante considerar a condição afetiva, cognitiva e social do aprendiz de forma reflexiva. Nesse sentido, deve torna-se um espaço onde às experiências, a competências, linguísticas e discursivas do aluno são reconhecidas e consideradas. É importante que os diálogos conduzam o aprendiz a aprender a formular e responder pergunta, a ouvir atentamente, para manifestar-se com suas opiniões dentro do assunto e saber acolher as opiniões contrárias. Tendo em vista essas considerações, o professor deve incorporar na sua prática de ensino de leitura, um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno a interação com a linguagem, o acesso a diferentes registros orais e escritos, que culmine com pleno exercício da cidadania.

Para que esse objetivo seja atingido, é necessário que o professor planeje atividades significativas para a vida leitora do aprendiz em sociedade. A oralidade, a escrita, e a leitura são completa ementas e estão fortemente relacionadas. Quanto mais atos de leitura nos proporcionar aos aprendizes mais chances terá de transformá-los em cidadãos, usuários competentes do desenvolvimento da vida em sociedade. Percebe-se muitas vezes que na instituição escolar as aulas comprometidas com a leitura são dadas de maneira contextualizadas voltadas para a cidadania e para a compreensão do mundo. O processo de leitura é dinâmico.

As aulas de leitura devem ocupar um espaço prazeroso. Neste sentido, lembramos que é importantíssimo o papel do professor, não só como mediador entre o aprendiz e o texto, mas como leitor competente, um leitor que gosta de ler e que sabe da importância da leitura, para aprimoramento da linguagem oral e escrita. Aqui reportamos aos Parâmetros Curriculares Nacionais quando enfatizam a formação de leitores e a prática de leitura, que não devem restringir apenas aos recursos materiais disponíveis, mas ao uso que se faz dos livros e demais materiais impressos.

Dentre as várias sugestões encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, para o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura, julgamos importante destacar: “a escola deve dispor de uma boa biblioteca; dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura; organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. Para os aprendizes não

acostumados com a participação em atos de leitura, que não conhecem o valor que possuem, é fundamental ver se o professor envolvido com a leitura, e com o que conquista por meio delas. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazer também”.

Lembramos, também, que um bom leitor precisa compreender o que lê, deve perceber a relação entre os textos lidos, precisa interpretar e descobrir os elementos implícitos e construir um significado a partir do texto, mesmo antes de lê-lo. Segundo Paulo Freire (1996:p.124) “é preciso que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor”. A leitura de um texto compreende várias ações e estratégias, como a pré-leitura, e identificação de informações, antecipação com hipóteses que poderão ser ou não confirmadas posteriormente; inferência ou o conhecimento prévio sobre os assuntos tratados no texto; contexto em que a leitura é trabalhada; análise crítica ao julgar fatos e situações; argumentos sobre opinião emitida; releitura e muitas outras.

O fato de a atual sociedade ser tão marcada pela força do signo escrito o domínio sobre a prática social da leitura é requisito básico de sobrevivência econômica, política e cultural aí incluídas todas as incontáveis possibilidades abertas pelo acelerado processo de digitalização e convergência das mídias. Fenômeno que certamente levará à novas linguagens e novos arranjos cognitivos e políticos para as práticas da leitura e da escrita (Soares, 1997). Diante disso aumenta cada vez mais, a responsabilidade da escola na alfabetização das crianças, pois a boa leitura e a boa oralidade são atributos que começam a ser construídos nos primeiros anos de escolarização.

O objetivo geral da pesquisa é apontar possibilidades que favorecem a leitura entre os alunos dos anos iniciais. Os objetivos específicos são refletir sobre as causas das dificuldades de leitura; analisar a contribuição da leitura compreensiva; e apontar a relevância da leitura como prática social. O aprendiz precisa aprender a agir como um leitor, como escritor competente dentro e, principalmente, fora da escola. São inúmeras situações sociais que requerem procedimentos de leitura, escrita e oralidade como as defesas de seus direitos e opiniões, a busca de documentos, a compreensão das bulas de medicamentos ou instruções de aparelhos de eletroeletrônicos, as exigências profissionais, escritas de cartas, falar

ao público, entre outras.

2. BREVE HISTÓRICO DA LEITURA

Entre nós a história da Leitura se inicia com muita discriminação, só aos senhores portugueses era assegurado esse direito e aos outros era negado, em nome da “superioridade da raça” como descobridor e benfeitores, permanecendo assim por longo período. Até meados do século XIX, praticamente, não existiam livros. O que servia como manuais de leitura nas escolas eram textos autobiografados, relatos de viajantes, textos escritos manualmente como cartas, documentos de cartório, e a primeira constituição do império de 1.827, especifica sobre a instrução pública, o código criminal e a bíblia também servia como manual de leitura nas raras escolas que existiam.

As escolas primárias praticamente não existiam, pois eram excluídos os escravos e, à mulher era ministrada um tipo de educação conhecida apenas por educação geral, para cumprir as atividades domésticas. Durante a colonização, as práticas escolares eram feitas nos engenhos e nos núcleos das fazendas por capelães, padres e mestres-escolas que eram contratados para essa finalidade. Essa afirmativa é confirmada por Bastos (1982,p.92):

De 1800 a 1807o Brasil mudou pouco em vários setores e, no ensino, nós continuávamos a trabalhar com a gramática de Reis Lobato, imposta por D. José I , rei de Portugal, que a exigiu não só na metrópole , mas em todas as suas colônias. A partir de 1808, começaram mudanças que se tornaram contínuas até praticamente o fim do século. “Nesse ano, a coroa portuguesa mudou-se para o Brasil, para fugir da perseguição dos franceses comandada por Napoleão Bonaparte”.

Tal fato aparentemente comum trouxe modificações para a língua falada no Brasil e, também, trouxe à tona o significado de nacionalidade e de independência. Com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos, ocorreram transformações significativas nas relações sociais econômicas e culturais, surgindo a necessidade da instrução para a capacitação da força de trabalho, pois o mundo fora de nossas fronteiras ou muros passava por grandes transformações. Na Europa, as mudanças sociais e políticas, levaram a burguesia a alcançar o poder na França, na Áustria, Rússia, Prússia e, quase ao mesmo tempo, aconteceu a revolução Industrial da Inglaterra. O mundo inteiro passava por profundas

mudanças, tanto na sociedade quanto nas ideias.

Os homens mudaram seu ponto de vista sobre eles mesmos, dessa forma, surge na Itália, Renascimento e na França, o Iluminismo, ou seja, verdades antes confirmadas, como por exemplo: o Teocentrismo e Geocentrismo foram totalmente descartados, isto é, Deus como centro de todas as coisas e a Terra como centro do Universo. Nesse contexto, surgem novas teorias: O Antropocentrismo e o Heliocentrismo, ou seja, o Homem, a razão como centro de todas as coisas e o Sol, como centro do Universo. Apesar disso, o Brasil não ficou imune às essas transformações, embora tenha sido mais lentas, o importante é que a sociedade mudou e os nobres e a igreja passaram a exercer cada vez menos influência sobre o povo.

3. BREVE HISTÓRICO DA ESCRITA

A escrita inicia-se na Suméria por volta de 3.100 a.C. A Suméria existia onde hoje se localiza o Irã e o Iraque, numa região chamada Mesopotâmia, que significa entre rios; rios Tigres e Eufrates. Nesta região, a floresta era escassa e havia muita água. Os recursos naturais dessa região foram muito bem aproveitados, eles faziam tabletes de barro parecidos com uma almofada para escrever. Com o passar do tempo foram aperfeiçoadas as técnicas e surgiram outras fontes que também foram muito exploradas como a madeira, o metal, as pedras dos monumentos, as peles de animais que foram usadas até a descoberta do papiro, que graças ao desenvolvimento da tecnologia, hoje temos um papel muito sofisticado.

Sendo assim, a concepção de escrita espalhou-se pelo planeta, aparecendo, por isso, variações do sistema da escrita. Para melhor representar a escrita cada nação criava os seus próprios símbolos gráficos e os seus próprios usos para representarem suas línguas, dessa maneira, surgem sistemas variados de escrita. Nesse sentido, os sistemas de escrita começaram com caracteres na forma de desenhos de objetos que representavam as palavras, mas, esse sistema logo se esgotou diante da necessidade das pessoas se expressarem; como na hora de escrever o nome de alguém, não bastava mais desenhar um homem ou uma mulher; se alguém se chamasse Coelho, bastava acrescentar ao desenho do homem um coelho, mas se alguém se chamasse João, que desenho poderia ser feito?.

Diante das necessidades de representação gráfica humana, os sistemas de escrita começaram a representar os sons das palavras e não mais as ideias. A princípio parecia fácil, porque para escrever irmão, traçava-se o desenho de duas pernas que significavam ir e o desenho de uma mão que completava a mensagem, mas, apareceram situações diferentes que necessitavam de esclarecimento. Nesse aspecto, segundo Cagliari (2004), a história da escrita vista em sua plenitude, sem seguir certa teoria de evolução ao longo do tempo, caracteriza-se em três fases distintas: a pictórica a ideográfica e a alfabética. A fase pictográfica se distingue da escrita, porque era expressa através de desenhos ou pictogramas, os quais apareciam em inscrições antigas.

Por isso, encontramos formas de escrita muito mais sofisticadas nos cantos de Jiboia da América do Norte, na escrita Asteca, principalmente, no catecismo, e atualmente nas histórias em quadrinhos. Os pictogramas estão associados a uma imagem do que se quer representar e não ao som, dessa forma, consistem em representações gráficas menos elaboradas dos objetos, cuja função seria representar a realidade. A fase ideográfica caracteriza-se pela escrita representada através de desenhos especiais chamados ideogramas. Dentre as principais escritas ideográficas, as mais importantes são a egípcia, conhecida também com o nome de hieróglifo, a escrita mesopotâmica, da suméria, as escritas do Mar Egeu; por exemplo; a cretense e a chinesa que provêm da japonesa.

Por isso, o uso de letras vem caracterizar a fase alfabética que se originou dos ideogramas e perderam seus valores ideográficos, assumindo nova função na escrita; a função fonográfica. O ideograma perde o valor pictórico e passa a ser uma representação fonética. Dentre os mais importantes estão o indiano e o greco-latino. Segundo Cagliari (1995), o sistema alfabético passou por inúmeras transformações até se tornar o que conhecemos hoje. Nesse sentido, de acordo com Cagliari (2004), os fenícios aproveitaram os sinais da escrita egípcia e realizaram um inventário de grafemas, cada inventário descrevia um som consonantal; por isso, as vogais não tinham muita importância, cada palavra era facilmente reconhecida somente pelas consoantes.

Sendo assim, até hoje, essas características permanecem no sistema de escrita do árabe e do hebraico. Já os gregos usaram o sistema de escrita dos fenícios e fizeram uma adaptação, a ele, adicionando as vogais, relevantes na

formação e no uso do reconhecimento das palavras. Nesse aspecto, consoante nos assevera Cagliari (1995), aos gregos devemos o privilégio da invenção da escrita alfabética, contendo; nesse sistema, vogais e consoantes. Dessa forma, a escrita alfabética possui menor número de símbolos e, por isso, favorece maior possibilidade combinatória dos aspectos gráficos que a envolvem.

Nesse contexto, Cagliari (2004) novamente nos mostra que a escrita grega também foi incorporada e adaptada pelos romanos, sofrendo variações, dessa forma, formou o sistema greco-latino, originando, assim, o nosso alfabeto. Assim, o sistema de escrita apresenta algumas formalizações: escrevemos de cima para baixo e da esquerda para a direita, embora isto seja muito comum entre vários sistemas de escrita, nem todos são assim, como nos revela Cagliari(1995) sobre a escrita chinesa e japonesa: os chineses e os japoneses escrevem da direita para esquerda em colunas verticais, já os árabes escrevem da direita para a esquerda, em linhas de cima para baixo.

Nesse sentido, de acordo com Cagliari (2004), os fenícios aproveitaram os sinais da escrita egípcia e realizaram um inventário de grafemas, cada inventário descrevia um som consonantal; por isso, as vogais não tinham muita importância, cada palavra era facilmente reconhecida somente pelas consoantes, sendo assim, até hoje, essas características permanecem no sistema de escrita do árabe e do hebraico. Neste sistema, começava-se a escrever numa linha em cima à direita e ia-se até o final dessa linha, todavia, na linha seguinte; invertia-se a direção das letras. Dessa forma, a terceira linha era semelhante à primeira e, assim por diante.

4. LEITURA COTIDIANA EM SALA DE AULA QUE TENHA SIGNIFICADO PARA A CRIANÇA

Com base na proposta de estudos do PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa) que tem como objetivo principal a alfabetização das crianças até oito anos de idade. Considerando esta faixa etária a mais propensa para que o aprendizado seja mais significativo, é importante que, se planeje as aulas de leitura para as turmas de alfabetização, tendo como objeto de estudo o texto, utilizando a leitura do mesmo como uma das intervenções para a alfabetização dos alunos. Os PCN enfatizam que a prática de leitura em voz alta feita pelo professor é

algo raro e, com o passar dos anos de escolaridade, a criança ouve cada vez menos a leitura do professor.

Destacam que o modelo de um bom leitor se torna ainda mais necessário com o avanço da aprendizagem. Denota-se no mesmo documento que “Uma prática de leitura na escola é, sobretudo, necessária, porque, ler ensina a ler e a escrever.”(BRASIL,1997,p.43). Notamos com o estudo deste fragmento que o ato de ler pode ser uma base para o aprendiz sobre o ato de escrever, pois traz na leitura uma perspectiva de base teórica ascendente no processo de alfabetizar letrando. Devido a isso, a leitura em voz alta feita pelo professor não pode ser algo esporádico.

Todas as leituras têm um objetivo, na escola a leitura possui múltiplos objetivos sendo que, um dos mais significantes está em ler por prazer, pois nesse prazer muitos processos cognitivos são disparados no interior do aprendiz que ao longo de sua vida o levará a ser um verdadeiro leitor. Como leitor, o professor também deve demonstrar sua compreensão e interpretação do texto lido, deixando claro que um mesmo texto, principalmente os literários, pode ter várias “leituras” e que trocar ideias e comparar pontos de vista contribui para a melhor compreensão do que se lê.

Paulo Freire (1989), ao afirmar que ler o mundo ocorre antes de ler palavras, supõe que estreitar a nossa relação como mundo imaginário do aluno, onde a busca de novos conceitos acontece naturalmente, é uma das formas de ler para o aluno que, ao ouvir, busca em seu conhecimento de mundo, suas necessidades, ansiedades, crenças e desejos. Pode-se afirmar não erroneamente que ler mediante essa perspectiva fará realmente sentido ao aluno. Desde seus primeiros anos de vida a criança tem o hábito de construir um mundo imaginário que a acompanha por longo período de sua infância, este mundo vem alicerçado por uma imaginação fértil e rica em práticas de leitura.

Quando ingressa na escola, toda a gama de conhecimento não é explorada ou não se alimenta aquilo que ela já possui, isso se perde e toda a capacidade imagética diante de uma escola empenhada em produzir alunos com competências e habilidades de ler e escrever dentro do contexto escolar. Outro fator relevante sobre o processo de texturização refere-se aos objetivos aos quais o ato de ler deve se vincular. Segundo os PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental,

A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infindável dessas atividades escolares. (BRASIL: 1997, p. 41)

O documento exemplifica fatos do cotidiano escolar e levanta situações às quais se devem dar a atenção necessária. Decodificar palavras se aprende também na escola com algumas atividades planejadas para este objetivo, todavia, aponta-se para que isso não seja o fundamental do processo, ou seu fim. Também traz no trecho do documento que não é repetindo séries de leitura que o aluno se tornará o leitor ideal. Caracteriza-se, portanto o papel do professor leitor como modelo ao aluno que tendo um bom modelo de leitor pode vir a ser também leitor exemplar. No que se refere à formação de leitores, existem alguns aspectos importantes que devem ser considerados para a efetiva construção da habilidade da leitura, como a importância das práticas educativas desenvolvidas em contextos familiares e escolares.

A nossa realidade quantos cidadãos brasileiros, é que, o acesso de grande parte da população aos livros é muito limitado, em alguns casos não existe recursos para adquirir livros. Então, cabe à escola suprir essa falta, oferecendo bibliotecas e salas de leitura. Neste sentido, toda a equipe escolar passa a desempenhar um papel fundamental, pois é neste espaço onde se promove os saberes fundamentados e considerados importantes de serem construídos e reproduzidos. Mesmo que nos dias atuais, onde vivemos em um mundo globalizado, cercado de avanços tecnológicos, em que as crianças têm acesso ao conhecimento de forma rápida, que é proporcionado a elas pelos diferentes canais meios, a leitura deve prevalecer.

Neste sentido, a leitura trabalhada na escola para que se torne interessante. Diante de todos esses aparatos tecnológicos, precisa que ser desenvolvida de forma significativa aos alunos. Isto é, que seja prazerosa e estimulante, e mais importante

ainda, é que os textos trabalhados na escola estejam condizentes com a realidade deles, propiciando deste modo, sua formação enquanto leitores. É neste ambiente, em que deve ser incentivada a ação de ler, para que assim, possa se construir a concepção da importância da leitura e do prazer de ler, visto, que a escola possui o papel de despertar a curiosidade nas crianças. Freire afirma que:

(...) o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador, anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 1992, p.28,29).

Com isso os educadores devem estar cientes que a partir do momento em que os alunos se inserem no processo escolar, devem desenvolver a capacidade e o gosto pela leitura entre os alunos. O desenvolvimento de interesses e do prazer em ler a ajuda do professor é extremamente necessária, tendo a todo o momento o cuidado para não romper o interesse da criança por brincadeiras: deve-se criar ligações entre leitura e brincadeira.

5. LEITURA E ESCRITA, UMA PRÁTICA SOCIAL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

Ler e escrever, são práticas sociais que exigem do leitor compreensão, estímulos e dedicação; é no lar que tais práticas começam. É na família, que a criança inicia seus vínculos sociais, suas relações afetivas, contribui em para o desenvolvimento da aprendizagem nos aspectos, cognitivos, afetivo emocional e intelectual; onde se inicia a educação da criança. A prática educativa deve ser

iniciada na família, ela tem um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades linguísticas e intelectuais das crianças.

É importante que desde bebê, a criança seja colocada em contato com diferentes materiais, que estimulem, o desejo, interesse, desperte emoções, sentimentos e curiosidades; para que na escola, as capacidades intelectuais, das crianças sejam colocadas em contato com diferentes materiais, que estimulem, o desejo, interesse, desperte emoções, sentimentos e curiosidades; para que na escola, as crianças as capacidades intelectuais, emocionais, físicas e motoras, sejam desenvolvidas com prazer. A falta de habilidades rítmicas-grafo-motora; causa dificuldades e atraso no desenvolvimento da escrita, contribuindo também para uma leitura mal desenvolvida, lenta, silabada com pontuação e entonação inadequadas; isto é, o não domínio do código linguístico oral e/ou escrito.

A ajuda educativa dos pais, em sintonia com a escola tem a finalidade de elevar a autonomia da criança, dando-lhe segurança para exercer sua função de aprendiz, permite-lhe estruturar melhor seu pensamento, individual em contato com outras crianças, pois possibilita a interiorização, a estruturação da linguagem, do pensamento e da aprendizagem, essa integração é indispensável ao desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Pois segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo antecede a aprendizagem

“O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimentos, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos fazem parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de uma forma ou de outra, seriam impossíveis de acontecer.”(VYGOTSKY, 1998, p.117-8).

O estímulo e exercício da educação psicomotora, deve está vinculada as atividades diárias das crianças, pois elas necessitam de tais estímulos, para desenvolver-se a partir da inter-relação com o meio em que vive, progressivamente nas relações com o outro desenvolve suas habilidades intelectuais. A leitura e a escrita é uma ação necessária, a ser adotada diária mente, para que se torne a base do desenvolvimento da linguagem, deve ser iniciada na pré-escola, para que haja

bom desenvolvimento escolar, desde os primeiros anos do ensino fundamental.

Para isso é necessário o empenho da família, sempre estimulando as habilidades motoras, cognitivas e sociais, hoje tais práticas vem sendo alvo de preocupação e discussão entre os professores e demais envolvidos no processo ensino/aprendizagem; pois, a participação da família deixa muito a desejar para com a educação dos filhos, falta incentivo para o desenvolvimento das atividades escolares, porém a maioria dos pais estão atribuindo a responsabilidade de educar à apenas a escola.

A escola é espaço social, privilegiado na construção dos conhecimentos sistemáticos, ela é responsável para desenvolver um trabalho de modo a contribuir para uma educação de qualidade, considerando o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional e social de cada criança; com intencionalidade, partindo de contextos significativos, desenvolvendo as habilidades para a apropriação do código escrito e falado. A construção de sentido ao estudo do texto codificado ou decodificado, favorece uma aprendizagem significativa, isto é, a interação entre o pensamento ativo do leitor e a mensagem do texto.

Na medida em que lemos e interpretamos o texto escrito, fazemos inferências, criticamos; compreendemos, nos tornamos mais competentes para escrever, pois ler é imprescindível para escrever bem. A escola tem o dever e a obrigação de despertar no educando o desejo de desenvolver as habilidades cognitivas e intelectuais, jamais estimadas pela família, capacidades essenciais, necessárias à prática da leitura e da escrita, assim inserindo-os na cultura do mundo letrado, para despertar o gosto de ler por prazer, para construir significados, interagir com o texto argumentar, ou seja, desenvolver as habilidades básicas da leitura e escrita de forma convencional, como construção de significados e domínio da função social da leitura, bem como de suas contribuições para o exercício da cidadania, de forma consciente, ética e justa.

No que se refere à formação de leitores, existem alguns aspectos importantes que devem ser considerados para a efetiva construção da habilidade da leitura, como a importância das práticas educativas desenvolvidas em contextos familiares e escolares. De acordo com Silva (1994, p.89), o sistema educativo não deve ser divergente, conflitante ou ficar isolado, como acontece nos dias de hoje: tem que haver colaboração entre professores e pais. Mas colaboração não quer dizer

repetição: os pais não têm que se considerar repetidores do trabalho escolar e sim um trabalho de complementaridade, na qual cada um tem a sua especificidade, professores não têm que substituir os pais e os pais não têm de dar aula em casa, cada um tem que ter o seu papel.

Neste sentido, a família possui um papel de suma importância para o desenvolvimento intelectual do aluno, pois é neste contexto que o educando deveria obter o primeiro contato com a leitura. Kleiman (1989, p.86) aborda que é essencial que bem antes de chegar à escola a criança tenha contato com livros, pois o sucesso escolar é construído pela maneira de viver em casa, sobretudo no que se refere ao aprendizado da leitura e da escrita essa maneira trará consequências negativas ou positivas que tecem sua vida afetiva. Pois, toda criança ao chegar à escola já traz consigo um conhecimento que diferencia de criança para criança, conforme as possibilidades de letramento oferecidas pelas famílias, comunidades e o meio social em que vivem.

Segundo Piaget (1975, p.273):

A inteligência não é inata, depende da riqueza de estímulos presentes no meio físico, social e cultural no qual a criança vive. O conhecimento e a inteligência são progressivamente aprendidos por meio do relacionamento que o ser humano constrói comparativamente a outras ideias e conhecimentos já adquiridos.

Nesta direção, para que se inicie o prazer pela leitura, é preciso que em casa, no ambiente familiar, haja uma interação com a leitura, de maneira que desperte na criança esse gosto tão necessário e importante. Na escola não deve ser diferente, a partir dos primeiros anos por diante. Visto que, o gosto pela leitura, o ato de ler se processa em longo prazo, sendo assim, a família contribui de forma efetiva nessa formação, visto que no interior desse âmbito há um espaço que se isenta de cobranças formais como a da escola e que por sua vez pode facilitar o acesso à

leitura. Segundo Teberosky e Colomer (2003, p.19):

(...) já que a leitura e a escrita não são matérias exclusivamente escolares, convém que os familiares participem da alfabetização dos filhos e dos netos, ajudando-os nas práticas de leitura.

Com isso, o leitor construído na família tem um perfil um pouco diferenciado daquele outro que teve o contato com a leitura apenas ao chegar à escola. O leitor que possui o estímulo com a leitura já no âmbito familiar demonstra mais facilidade em lidar com as representações sociais, compreende melhor o mundo no qual está inserido, além de desenvolver um senso crítico mais cedo. É sabido que existem vários fatores que acabam prejudicando o estímulo da leitura no âmbito familiar. Não são todas as famílias, que possuem o acesso ao livro; não possuem recurso para aquisição de livros.

Alguns pais não tiveram a oportunidade em ir para a escola, tiveram que trabalhar muito cedo, por esse motivo não aprenderam a ler, nem escrever e isso acaba deixando-os sem saber lidar com a situação e como motivar seus filhos. Mas, mesmo que os pais não saibam ler, é importante que eles incentivem os seus filhos, para tal ato, de maneira que a criança perceba o valor da leitura e o quanto os pais se preocupam com o seu futuro. A leitura é, portanto, um problema de todos, passa pela família, pela escola, pela biblioteca, pela comunidade e pela sociedade, não pode ser considerada um presente do Estado, posto que seja um direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1998).

Enfim, é necessário que os professores estejam atualizados e desenvolvam ações educativas que priorizem a formação de leitores, que as famílias proporcionem aos filhos uma relação saudável com o material letrado, que as políticas públicas educacionais também proponham e desenvolvam metodologias participativas, visando assim, a consolidação dos processos de ensino e aprendizagem voltados para a formação de leitores e cidadãos críticos, produtivos e participativos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional – PCN's (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa, 1997), hoje o ensino da Língua Portuguesa na escola deve explorar todas as situações em que ocorre a comunicação, seja ela oral ou escrita.

Os PCN's chamam a atenção dos professores alfabetizadores para a questão de que a escrita muitas vezes assume formas que não são oficiais, ou seja, não estão dentro dos moldes da língua padrão, mas estas devem ser respeitadas, pois constituem manifestações culturais presentes nas relações sociais. O professor além de valorizar esta variabilidade linguística deve aproveitá-la como elemento de discussão em sala de aula, respeitando, claro, a compreensão dos seus alunos por

faixa etária. É preciso saber aproveitar isso, através de estratégias de ensino que incitem a criatividade da criança e lhes possibilite a transição entre o falar coloquial e o falar mais próximo ao padrão. Ninguém mais consegue lê conscientemente sem que haja uma motivação para isso.

Ninguém escreve ou lê sem motivo, sem motivação Uma das mais eficientes medidas que pode o professor adotar na tentativa de superar as dificuldades de leitura dos seus alunos é incentivar firmemente práticas que levem a um convívio natural e até mesmo prazeroso com os livros, não apenas os didáticos, mas também os de literatura, de informação geral e os periódicos, como jornais e revistas (CAGLIARI, 2001, p.102).

A análise das questões sobre a leitura e a escrita está fundamentalmente ligada à concepção que se tem sobre o que é a linguagem e o que é ensinar e aprender. E essas concepções passam, obrigatoriamente, pelos objetivos que se atribuem à escola e à escolarização. Portanto, as modernas concepções de ensino aprendizagem mostram que se deve usar novas alternativas, novas metodologias e novas tecnologias. Isso é inclusão, é integração, é inserção do educando na modernidade. A forma tradicional de se ensinar as primeiras letras (leitura) parte-se do princípio de que o aprendiz deve unicamente conhecer a estrutura da escrita, sua organização em unidades e seus princípios fundamentais, que incluiriam basicamente algumas das noções sobre a relação entre escrita e oralidade, para que possua os pré-requisitos, aprenda e desenvolva as atividades de leitura e de produção da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de leitura e escrita, fluente, com coesão e coerência é de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, intelectual e social do ser humano. É imprescindível, o incentivo da família, o estímulo, a cobrança, o elogio, a valorização; para o desenvolvimento da leitura e da escrita, para que a criança adote tal hábito; como sabemos a escola tem a obrigação e o propósito de trabalhar na perspectiva de desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e sócio- linguísticas dos discentes, pois, a leitura e a escrita nos faz entender o mundo moderno e suas transformações, no qual estamos a todo momento em contato direto com os

demais variados portadores de textos, a leitura exige interpretação, construção de sentido e criticidade, para podermos interagir de forma coerente com nossos semelhantes e com nós mesmos.

A leitura como grande instrumento facilitador da aprendizagem precisa ganhar lugar de destaque nas escolas. Os anos iniciais escolares deixam marcas profundas nos alunos. Paulo Freire (1989) em “A importância do ato de ler” trabalha a temática da leitura, discutindo sua importância, explicitando a compreensão crítica da alfabetização, reforçando que a alfabetização demanda esforços no sentido de compreensão da palavra escrita, da linguagem, das relações do contexto de quem fala, lê e escreve, a relação entre leitura de mundo e leitura de palavra. Por se tratar de uma tarefa de permanente importância, a leitura ocupa um grande espaço na vida humana, seja nas horas de divertir, seja nas horas de informar.

Portanto é ela quem ajuda na formação da personalidade e critérios seletivos de hábitos saudáveis, quer seja na música, quer seja na pintura, cinema ou outros. De acordo com pesquisas mais recentes, ler é um dos caminhos que possibilitam uma vida mais feliz e permite que se vença os problemas diários com mais facilidades. Sabe-se também que, quem lê com frequência por prazer vive melhor, em inúmeros aspectos. Enquanto os que não adquiriram esse hábito, vivem ocupados apenas com tarefas que não exigem raciocínio ou vendo televisão.

O interesse em ler e o consequente envolvimento em leituras, além do exigido pelo professor, são muitas vezes considerados como algo intrínseco ao aluno, dependendo exclusivamente de suas motivações internas e de sua boa vontade. Daí a importância desta pesquisa em adquirir uma reflexão sobre as questões relacionadas à leitura entre os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que ainda há uma grande defasagem de leitores comprometidos e estimulados nas salas de aula. Geralmente, a escola responsabiliza o aluno e suas condições familiares pela falta de interesse e não assume como sua a tarefa de incentivar o exercício da leitura. Nesse sentido, se torna pertinente discutir algumas condições importantes que precisam ser garantidas para cultivar a motivação dos alunos pela leitura.

O importante, no entanto, é que escola e família juntas possam cuidar do letramento do indivíduo. Pode-se concluir, respectivamente, que: desde a pré-escola (ensino infantil) a criança deve estar em contato com histórias como forma de

motiva-se para a leitura; a leitura não começa nem finda com mera repetição de sílabas e palavras, mas na busca de meios a compreensão; não para ser treinado, o aluno deve praticar, satisfatoriamente, o ato da leitura oral em sala de aula; a além de ler em pequenos e grandes grupos, o aluno pode e deve treinar sua linguagem oral, lendo trechos de sua própria escolha; ler com velocidade e concentração na compreensão deve ser uma tarefa progressiva e constante; o professor deve averiguar, regulamente os resultados do rendimento de leitura do aluno ; a diversidade textual ajuda o aluno a praticar leituras diversas e de propósitos diferentes (são importantes mesmo os seus textos produzidos em casa).

Conscientes desses cuidados, a escola pode melhor promover um trabalho com êxito no âmbito de leitura, criando em seu aluno bons hábitos e capacidade de interpretação e interação no meio social e familiar. Para que possamos formar pessoas produtoras de conhecimentos, analisadoras, críticas, conscientes, conhecedoras de seus direitos e deveres como cidadãos éticos, responsáveis pela sua interferência na sociedade; para o exercício da cidadania plena é necessário domínio do conhecimento. É preciso uma maior conscientização por parte dos educadores. Alguns tentam e consegue encontrar o caminho certo, já outros cruzam os braços por acharem sua prática correta, sem se preocupar em buscar formas alternativas de trabalho.

Portanto, os maiores obstáculos do estudo e da aprendizagem escolar, diretamente relacionadas as atitudes familiar, onde falta incentivo, estímulos e exigências; o que reforça uma atitude de desânimo e desencanto dos estudantes com relação aos conteúdos escolar. Em suma, compreende-se a linguagem como uma produção social e histórica, competência essencial ao desenvolvimento de todo ser humano, capaz de transformar instituições/sociedade, pela sua ação/reflexão, pois pelo seu saber linguístico, amplia-se o exercício da cidadania de ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1 /Ministério da Educação. Brasília: MEC,

SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1.Parâmetros curriculares nacionais.

BASTOS, Sílvia Aparecida. **A leitura e a escrita em pleno Brasil Colonial**. São Paulo,

Brasiliense,1982.iz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 6. Ed. São Paulo: Scipione, 2001.

CAGLIARI, Lu 2. **Língua portuguesa: Ensino de primeira à quarta série**. I. Título.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo, Scipione: 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 29 ed. São Paulo, Cortez:1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa/** - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura, ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes,1989.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC, Ensino de 1ª a 4ª série, v 02. Parâmetros Curriculares nacionais: Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. – Brasília : A Secretaria, 1998.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança imitação, jogos e sonhos, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Apara-mangaba,1975.

Porto Alegre: Arremeda, 2003. VIGOTSKY, Levi Semenovitch. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo:Martins Fontes, 1999.

SILVA; Ezequiel Teodoro. **Leitura na escola e na biblioteca**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus,1986.

SOARES, N. F. **Direitos da criança: utopia ou realidade**. In: PINTO, M., SARMENTO, M. J. As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho. 1997.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto alegre: Artmed,2003.

VYGOTSKY, Levi. **A construção do conhecimento**. Campinas: Papiros, 1993.